



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7529/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 EXCLUSIVO PARA ME/EPP

O **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, por intermédio do pregoeiro, designado pela Portaria nº 003, de 06 de janeiro de 2026, nos termos das disposições contidas na Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, no modo de disputa **“ABERTO”** para **“Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios de origem animal (carnes bovinas), destinados a atender as unidades socioassistenciais vinculadas à Proteção Social Básica e à Proteção Social Especial de média e alta complexidade, bem como às demandas do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)”**, conforme especificações e quantidade estabelecidas no Anexo I do Termo de Referência.

I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

II – DO OBJETO

III – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

IV – DO CREDENCIAMENTO

V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP

VI – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇO

VII – DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE

IX – DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

X – DA HABILITAÇÃO

XI – DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO

XII – DOS RECURSOS

XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

XIV – DO PAGAMENTO

XV – DAS PENALIDADES

XVI – DA CONTRATAÇÃO

XVII - DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO



XVIII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

XIX – DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

XX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXOS:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – PREÇOS MÁXIMOS PROPOSTOS PELA ADMINISTRAÇÃO;

ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 005/2026 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL**

I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

1.1 A abertura desta licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pelo pregoeiro, a ser realizada conforme indicado a seguir, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste edital.

1.2 No dia 30/04/2026, às 10:00 horas, será feita a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do Sistema de Compras do Licitanet - sítio <https://www.licitanet.com.br>.

1.3 Todas as referências de tempo neste edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

II – DO OBJETO

2.1 Esta licitação tem por objeto o “**Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios de origem animal (carnes bovinas), destinados a atender as unidades socioassistenciais vinculadas à Proteção Social Básica e à Proteção Social Especial de média e alta complexidade, bem como às demandas do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)**”, conforme especificações e quantidade estabelecidas no Anexo I do Termo de Referência.

2.2 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no [licitanet.com.br](https://www.licitanet.com.br) e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

III – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio do correio eletrônico licitacoespmcm@gmail.com

3.2 As impugnações deverão ser dirigidas ao pregoeiro por quem tenha poderes para representar a licitante ou por qualquer cidadão que pretenda impugnar o ato convocatório nesta qualidade



3.3 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

3.4 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório que implique sua modificação, será divulgada nova data para realização do certame, da mesma forma em que se deu a divulgação do texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.5 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br>, por meio do link Processos>Cachoeiras de Macacu>Pregão> Impugnar, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas, cujas respostas vincularão tanto os participantes quanto a administração.

3.6 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro nos autos do processo de licitação.

IV – DO CREDENCIAMENTO

4.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio <https://www.licitanet.com.br>.

4.2 O credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.3 A licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, seus documentos e seus lances, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3.1 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP

5.1 Poderão participar deste pregão eletrônico empresas que:

5.1.1 Atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital.

5.1.2 Estejam previamente credenciadas perante o sistema eletrônico <https://www.licitanet.com.br>

5.1.3 Manifestem, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

5.1.4 Na ocasião de participação das microempresas e empresas de pequeno porte – ME/EPP, serão adotados os critérios estabelecidos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar n. 123/2006 e no Decreto n. 8.538/2015, com ressalva para os casos previstos nos incisos I e II, do § 1º, do art. 4º, da Lei n. 14.133/2021.



5.1.5 Para o enquadramento das ME/EPP, a licitante, no ato de envio de sua proposta e da documentação de habilitação, em campo próprio do sistema, deverá declarar que atende os requisitos do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 para fazer jus aos benefícios da referida Lei.

5.1.5.1 A licitante deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que não detém, no ano-calendário de realização desta licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte no valor de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões, oitocentos mil reais), nos termos do § 2º, do art. 4º, da Lei n. 14.133/2021.

5.1.6 A falsidade nas declarações de que tratam os itens 5.1.4 e 5.1.5.1, ou qualquer outra firmada durante o certame, sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.2 Não poderão participar deste certame, licitantes interessadas e enquadradas em qualquer das seguintes hipóteses:

5.2.1 Impedidas de contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021;

5.2.2 Suspensas de participar de licitações e impedidos de contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ, nos termos do art.156, III, da Lei n.º 14.133/2021;

5.2.2.1 A suspensão prevista no item acima, aplica-se apenas no âmbito do Município de Cachoeiras de Macacu/RJ.

5.2.3 Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021.

5.2.4 Os impedimentos de que tratam os itens 5.2.1, 5.2.2 e 5.2.3 também serão aplicados às licitantes que atuem em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.2.4.1 Para aplicação do item anterior, será realizada a Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, momento em que o pregoeiro diligenciará a licitante para verificar a possibilidade de fraude à licitação, mediante a checagem dos vínculos societários da empresa, linhas de fornecimentos similares, dentre outras formas admitidas, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.2.5 Interessadas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.2.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.2.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.2.8 OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Acórdão TCU n. 746/2014 – Plenário – TC 021.605/2012-2 e acórdão TCU n. 2.426/2020 – Plenário).



5.2.9 Empresas que possuam registro de impedimento de contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça.

5.2.10 Empresas que possuam registros impeditivos de contratação, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência.

5.2.11 Empresas cujo objeto social, expresso no estatuto ou contrato social, seja incompatível com o objeto desta licitação.

5.2.12 Empresa em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

5.2.12.1 A empresa em recuperação judicial poderá participar do certame desde que apresente plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida.

5.2.12.2 A empresa em recuperação judicial que comprovar o disposto no item 5.2.12.1 deverá demonstrar os demais requisitos de habilitação.

5.2.12.3 A regra é aplicável à empresa em recuperação extrajudicial, desde que preenchidos os requisitos dos itens 5.2.12.1 e 5.2.12.2.

VI – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇO

6.1 Após a divulgação deste edital no sítio www.licitanet.com.br as licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e do preço ofertado, com as características mínimas e quantidades estipuladas no termo de referência, até a data e hora marcadas para abertura da sessão quando, então, se encerrará a fase de recebimento de propostas.

6.2 No campo destinado à descrição detalhada do objeto ofertado, a licitante deverá informar os dados complementares e singulares que o caracterizam, quando for o caso, não se admitindo a mera cópia do descritivo indicado no termo de referência, ficando a licitante sujeita a desclassificação.

6.3 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta.

6.4 Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência.

6.5 O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias a contar da apresentação da proposta final (planilha readequada).

6.6 Os preços deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

6.7 Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6.8 Na etapa de apresentação da proposta pela licitante não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento das propostas.



6.9 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público, após o encerramento do envio de lances.

6.10 Serão desclassificadas as propostas que permanecerem com preços acima do orçamento estimado para a contratação.

VII – DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 O sistema eletrônico dará início, automaticamente, à sessão pública na data e horário previstos na cláusula I deste edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas no prazo estipulado, as quais deverão guardar perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no instrumento convocatório.

7.2 A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada pelo sistema.

VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE

8.1 No horário fixado para a abertura da sessão pública, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio eletrônico, o sistema informará às licitantes do recebimento do lance e o valor consignado no registro.

8.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

8.2.1 A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de 1% (um por cento) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.2.1.1 Observada a condição do item anterior, a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.2.1.2 O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

8.2.1.3 Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o item anterior, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

8.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.4 No transcurso da sessão pública, o sistema prestará informação às licitantes, em tempo real, do lance de menor valor registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

8.5 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para menos ou para mais.



8.6 A etapa de lances seguirá o procedimento do modo de disputa, a qual será composta por uma etapa aberta.

8.7 Nesse modo de disputa, a etapa aberta de envio de lances terá duração de 10 (dez) minutos.

8.8 Encerrado o prazo disposto no item 8.7, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.9 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente.

8.10 Do desempate:

8.10.1 Quando houver participação, nesta licitação, de microempresas ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empate quando a proposta dessas empresas for igual ou até 5% superior à proposta classificada em primeiro lugar. Nesse caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

a) classificação das propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista neste item 8.10.1;

b) convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma da alínea “a” deste item para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;

c) não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação da alínea “b” deste item ou não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes classificadas na forma da alínea “a” deste item, para o exercício do mesmo direito;

d) caso a ME/EPP classificada em segundo lugar desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará as demais ME/EPP participantes na mesma condição, na ordem de classificação. Havendo êxito nesse procedimento, o sistema disponibilizará a nova classificação das licitantes para fins de aceitação;

e) não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido as empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, bem como das condições indicadas nos itens 5.1.5 e 5.1.6 deste edital;

8.11 Não existindo ME/EPP participante e havendo igualdade de condições entre as participantes será utilizado como critério de desempate, o estabelecido no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, situação em que o pregoeiro abrirá nova disputa ou indicará prazo para envio de documentação comprobatória.

8.12 Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a empresa licitante desistente às penalidades previstas neste edital.

8.13 Caso ocorra desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances e, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.



8.14 Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão, na forma eletrônica, será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação às empresas participantes no sítio <https://www.licitanet.com.br>

IX – DA NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 Apurada a melhor oferta, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, para avaliar a sua aceitação quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

9.2 O pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida uma melhor proposta, observando o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.

9.3 Havendo negociação ou não, a licitante terá o prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequados à negociação.

9.3.1 A prorrogação de que trata o item anterior, poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

b) de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.

9.4 A apresentação das planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora, no mesmo prazo do item 9.3.

9.5 Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

9.6 O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que satisfeitos todos os termos estabelecidos neste edital.

9.7 No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrando em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

9.7.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

9.8 Encerrada a fase de julgamento, através do registro de aceitação da proposta pelo pregoeiro, o sistema abrirá prazo para manifestação de intenção de recurso, nos termos da cláusula XII – DOS RECURSOS, pelo prazo de 10 (dez) minutos ou conforme o prazo determinado durante a sessão.

X – DA HABILITAÇÃO



10.1 Encerrada a fase de julgamento e da intenção de recurso, o pregoeiro convocará a licitante para, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogáveis por igual período, apresentar a documentação de habilitação, conforme itens seguintes deste edital.

10.1.1 A prorrogação de que trata o item anterior, poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou
- b) de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.

10.2 Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.2.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.2.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.3 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que são emitidos somente em nome da matriz.

10.4 A documentação de habilitação deverá conter:

Habilitação jurídica

- a) cédula de identidade;
- b) registro comercial, no caso de empresário individual;
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado da prova da diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, se for o caso, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

Regularidade fiscal, social e trabalhista

- f) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF e comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda;
- g) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- h) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e emitida exclusivamente pelos sites destes órgãos, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 103, de 20 de dezembro de 2021, que alterou a Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 1.751, de 2/10/2014;
- i) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e/ou Municipal, se houver, do domicílio ou sede da licitante;
- j) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;



k) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

10.5 Qualificação econômico-financeira:

10.5.1 Certidão Negativa de Falência e Recuperações Judiciais, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10.5.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios, já exigíveis e apresentados na forma da lei (inclusive o Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.5.2.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

10.5.2.2) Será admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

10.5.2.3) As sociedades anônimas deverão apresentar balanço publicado em jornal de grande circulação ou em diário oficial e ata da assembleia geral ordinária que o aprovou (Lei nº 6.404 de 15/12/76 e alterações);

10.5.3) As demonstrações contábeis e o balanço patrimonial deverão estar acompanhados do Termos de Abertura e Encerramento dos Livros Diários dos exercícios apresentados, devidamente registrados na Junta Comercial ou no órgão competente, na forma da Lei.

10.5.4) Comprovação da boa situação financeira dos 02 (dois) últimos exercícios da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = _____

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = _____

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = _____

Passivo Circulante

10.5.5) Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável à Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo.

10.5.6) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido



para fins de habilitação (capital mínimo) OU (patrimônio líquido mínimo) de 9% (até 10%) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

10.5.7) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

10.6 Declarações exigidas:

- a) declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal/1988, e art. 68, inciso VI, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- b) declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- c) declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do §1º do art. 63 da Lei n. 14.333/2021;
- d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da licitação;

10.6.1 As declarações elencadas nas alíneas “a”, “b”, “c” deverão ser formalizadas em campo próprio no sistema <https://www.licitanet.com.br> e a da alínea “d” deverá ser apresentada junto com as documentações de habilitação.

10.7 Qualificação técnica:

10.7.1 Apresentação de, no mínimo, um atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou ou está prestando, de maneira satisfatória e a contento, o fornecimento ao qual se refere o objeto do presente processo.

10.7.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.7.3. Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento Sanitária, válido e vigente, expedido pelo órgão de vigilância sanitária competente.

10.8 O descumprimento das exigências contidas na habilitação determinará a inabilitação da licitante.

10.9 As ME/EPP deverão apresentar toda a documentação arrolada nesta cláusula, ainda que apresentem alguma restrição.

10.9.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.9.1.1 O prazo de que trata o subitem 10.10.1 poderá ser prorrogado, por igual prazo, a critério da Administração, nos termos do Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015.

10.9.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto nos subitens 10.9.1 e 10.9.1.1 desta cláusula, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da sanção prevista neste edital e em lei, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da avença, ou revogar a licitação.



10.10 Sempre que julgar necessário, o pregoeiro poderá solicitar a apresentação de originais dos documentos exigidos da licitante.

10.11 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos neste edital.

10.12 No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

10.12.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.13, a sessão pública somente poderá ser reiniciada, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

10.12.2 O pregoeiro, para comprovar a regularidade da licitante, quando necessário, poderá consultar documentos que estejam disponíveis nos sistemas informatizados.

10.13 Verificado o desatendimento de quaisquer dos requisitos de habilitação, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte da licitante classificada subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências do edital.

10.14 A inabilitação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.15 Constatado o atendimento aos requisitos habilitatórios, o pregoeiro habilitará e declarará vencedora do certame a licitante correspondente.

10.16 Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem 10.12.

10.17 Após o pregoeiro registrar a habilitação ou inabilitação, o sistema abrirá prazo para manifestação de intenção de recurso, nos termos da cláusula XII – DOS RECURSOS, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

10.18 A documentação física, caso solicitada, deverá ser encaminhada em cópias autenticadas, juntamente com a proposta final também original, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no seguinte endereço: Rua: Oswaldo Aranha, nº 06, Centro, CEP: 28681-335, Cachoeiras de Macacu/RJ. Aos cuidados do pregoeiro responsável. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.

XI – DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO

11.1 A licitante vencedora deverá enviar a proposta definitiva de preço, por meio do link “Enviar anexo/planilha atualizada”, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, sob pena de ser considerada desistente, sujeitando-se às sanções previstas na cláusula XV (Das Penalidades) deste edital.

11.2 Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da licitante.

11.3 A proposta de preços deverá ser redigida em Língua Portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e nela deverão constar:



11.3.1 Razão social da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone, correio eletrônico para contato e recebimento/aceite da nota de empenho, banco, agência, praça de pagamento e conta corrente, assinatura e nome legível do representante legal da empresa responsável pela proposta.

11.3.2 O endereço e o CNPJ informados deverão ser do estabelecimento que de fato emitirá a nota fiscal/fatura.

11.3.3 A descrição de forma clara e detalhada do objeto, abrangendo, no mínimo, as características do objeto licitado.

11.3.4 Preço unitário e total (com tributos, insumos e demais encargos da contratação), com exibição do valor em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, conforme o lance final.

XII – DOS RECURSOS

12.1 A intenção de recurso ocorrerá em dois momentos, sendo:

- a)** de forma imediata após o término do julgamento das propostas, consoante disposto na cláusula IX deste edital;
- b)** de forma imediata após a declaração de habilitação e/ou inabilitação, consoante disposto na cláusula X desse edital.

12.2 Qualquer licitante poderá manifestar motivadamente, dentro do prazo de 10 (dez) minutos, a intenção de recorrer durante a sessão pública, em campo próprio no sistema eletrônico, conforme indicado nas alíneas “a” e “b” do item 12.1.

12.3 A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes implicará decadência do direito de recurso.

12.4 As razões de recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas, se desejarem, a apresentar contrarrazões em igual prazo, também via sistema, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata (pelo sistema) dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.5 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6 Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, e esauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, em atenção ao disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 A despesa decorrente desta licitação está estimada no valor total de R\$ **36.716,00** (Trinta e seis mil, setecentos e dezesseis reais) conforme estimado em pesquisa do Departamento de Compras Governamentais.

13.1.1 Natureza de Despesa:

525.	3.3.90.30.00.00.00.00.	1.660.0000
525.	3.3.90.30.00.00.00.00.	1.661.0000



543.	3.3.90.30.00.00.00.00.	1.660.0000
543.	3.3.90.30.00.00.00.00.	1.661.0000

13.2 Em razão das limitações sistêmicas do www.licitanet.com.br, ao cadastrar sua proposta neste, a licitante deve prever o valor integral para 1 (um) ano e o quantitativo para esse período. No envio da proposta ajustada, deverá contemplar os quantitativos, os valores unitários e totais para o período de 1 (um) ano, que corresponde à vigência da contratação.

XIV – DO PAGAMENTO

14.1 O pagamento será efetuado por ordem bancária, no prazo definido na Ata de registro de preços, após o atesto firmado por funcionários da nota fiscal/fatura, cujo documento deverá estar em conformidade com as condições estabelecidas.

14.1.1 As notas fiscais deverão ser emitidas eletronicamente e devidamente protocoladas no setor próprio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

XV – DAS PENALIDADES

15.1 A licitante, em caso de descumprimento às regras deste edital, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, ficará sujeita às seguintes penalidades:

15.1.1) multa compensatória:

a) 5%, calculada sobre o valor adjudicado, em caso de não regularização da documentação exigida para ME/ EPP, nos prazos previstos na Cláusula X;

b) 15%, calculada sobre o valor homologado, em caso de não apresentação da garantia, na opção da modalidade de seguro-garantia, se houver, nos termos do §3º do art. 96 da Lei n. 14.133/21.

c) 15% calculada sobre o valor homologado, em caso de não assinatura do instrumento contratual, se houver ou não confirmação do recebimento da nota de empenho.

15.1.2 impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:

a) deixar de entregar documentação exigida para o certame: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 2 (dois) meses;

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ, pelo período de 4 (quatro) meses;

c) não assinar a ata ou não entregar documentação exigida para a contratação, quando convocado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 4 (quatro) meses;

d) fizer declaração falsa ou entregar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 36 (trinta e seis) meses;



15.1.3 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:

- a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;
- b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;
- c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.

15.1.4 As multas previstas no item 15.1.1 poderão cumular-se com as penalidades previstas nos itens 15.1.2 e 15.1.3 deste capítulo.

15.2 É admitida a reabilitação da licitante perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa, se houver;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo, quando houver;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste edital ou no ato punitivo.

15.3 A sanção por apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação do licitante, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

15.4 A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta cláusula levará em consideração os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, ficando a cargo do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** decidir sobre a mais adequada ao caso concreto.

15.5 A aplicação das sanções previstas nesta cláusula será realizada mediante processo administrativo específico, por meio de comunicação à licitante da penalidade, sendo assegurado, em todos os casos, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

15.6 Fica assegurado à licitante o uso dos recursos previstos em lei.

15.7 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



15.7.1 Os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica alcançam não apenas os sócios de direito, mas também os sócios ocultos que exerçam de fato a gerência da pessoa jurídica" (TCU, Acórdão 229/2023 - Plenário).

15.8 As penalidades previstas nesta cláusula referem-se ao descumprimento do certame licitatório, ficando as penalidades pelo descumprimento contratual previstas na minuta da ata de registro de preços, anexa a este edital.

XVI – DA CONTRATAÇÃO

16.1 Homologada a licitação, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, poderá convocar a licitante vencedora, durante a validade de sua proposta, para a devida assinatura do instrumento contratual que se dará em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na Lei 14.133/21.

16.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

16.2 É facultado à Administração, quando a adjudicatária não assinar o contrato ou não retirar a Nota de Empenho, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo ou retirá-lo, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

16.3 Caso nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

- a) convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação,
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.4 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

16.4.1 A regra do item 16.4 não se aplicará às licitantes remanescentes convocados na forma do item 16.2.

16.5 Por ocasião da assinatura do instrumento contratual ou retirada da Nota de Empenho, verificar-se-á, por meio do SICAF ou de outros meios, se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

16.6 O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL poderá requerer, no momento da assinatura do contrato, a documentação pessoal (RG e CPF) e a que confere poderes para a formalização do instrumento contratual.

16.7 A critério do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, a assinatura do contrato poderá ocorrer de forma manual.

XVII - DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO

17.1 Fica vedada a subcontratação no fornecimento objeto do presente, na forma do artigo 122, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021.



XVIII - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

XIX – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 O FMAS informa a possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços pelos órgãos ou entidades não participantes da Administração Pública federal, estadual, distrital, atendidas as condições:

19.2. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

19.3. Demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

19.4. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

XX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelas licitantes implicará a aceitação de todas as disposições deste edital.

20.2 Assegura-se a este Município o direito de:

20.2.1 Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, fixando as licitantes, prazos para atendimento, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originalmente da proposta.

20.2.2 Caso entenda necessário, examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico;

20.2.2.1 A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

20.2.3 Revogar esta licitação por razões de interesse público (art. 71, inciso II, da Lei n. 14.133/2021), decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado.

20.2.4 Adiar a data da sessão pública.

20.3 O pregoeiro ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

20.4 As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.

20.5 O desatendimento às exigências formais e não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública do pregão.



20.6 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

20.7 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

20.8 Os documentos originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas para Mulheres.

20.9 O edital estará à disposição dos interessados, em meio digital, nos endereços eletrônicos

www.pncp.gov.br;

https://transparencia.betha.cloud/#/VZlCw3tEQSz63QIK2HkQw==*/consulta/31197.

<https://www.licitanet.com.br>

Cachoeiras de Macacu/RJ, 09 de Abril de 2026.

Gilvana Azevedo Miranda
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000007529/2025

SETOR REQUISITANTE: GESTÃO DO SUAS

1. OBJETO - (Art. 14, inciso I do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

1.1 – Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios de origem animal (carnes bovinas), destinados a atender as unidades socioassistenciais vinculadas à Proteção Social Básica e à Proteção Social Especial de média e alta complexidade, bem como às demandas do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

1.2 – Especificação do objeto:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT. MÍNIMA POR PEDIDO	QUANT. MÁXIMA POR PEDIDO
01	Carne bovina (músculo), sem osso, cortada em cubos. Proveniente de animais sadios, abatido sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho vivo, odor característico e aspecto próprio, não amolecido e nem pegajosa. Isento: excesso de gordura, cartilagem esverdeada, vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxica e transparente e resistente na quantidade solicitada.	Kg.	300	02	300
02	Carne bovina em cubos, coxão mole (chã de dentro, sem osso). Proveniente de animais sadios, abatido sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho vivo, odor característico e aspecto próprio, não amolecido e nem pegajosa. Isento: excesso de gordura, cartilagem esverdeada, vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxica e transparente e resistente na quantidade solicitada.	Kg.	300	02	300



03	Carne bovina passada na máquina, coxão mole (chã de dentro, sem osso). Proveniente de animais sadios, abatido sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho vivo, odor característico e aspecto próprio, não amolecido e nem pegajosa. Isento: excesso de gordura, cartilagem esverdeada, vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxica e transparente e resistente na quantidade solicitada.	Kg.	400	02	400
----	--	-----	-----	----	-----

2. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

2.1 - Na Lei nº 14.133/2021, temos (grifamos):

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

2.2 - Em que pese o conceito seja aberto quanto ao que seja comum, ao analisarmos a especificação dos bens demandados verificamos que estes:

- São passíveis de padronização por critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;
- Possuem especificações usuais de mercado;
- E possuem disponibilidade no mercado.

2.3 - Logo, os bens a serem adquiridos classificam-se como sendo bens comuns.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO - (Art. 14, inciso II do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

3.1 - A presente demanda tem como finalidade viabilizar a oferta de alimentação como recurso estratégico e necessário para o adequado funcionamento das atividades socioassistenciais, tanto no âmbito da Proteção Social Básica quanto da Proteção Social Especial de média e alta complexidade. A alimentação é um elemento fundamental para o acolhimento dos usuários, favorecendo sua permanência nos serviços, fortalecendo vínculos e ampliando a efetividade das ações desenvolvidas. Além disso, visa atender às demandas do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), especialmente no suporte necessário à realização de reuniões e demais atividades relacionadas ao controle social e à deliberação das políticas públicas de assistência social.



O CMAS, como instância colegiada de caráter deliberativo e consultivo, exerce papel essencial na formulação, fiscalização, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de assistência social. Sua atuação contribui para o fortalecimento da gestão democrática e participativa no município.

Nesse contexto, a alimentação é prevista nos planejamentos mensais das unidades e integra as rotinas administrativas dos setores responsáveis. Ela se configura como apoio essencial para as atividades realizadas nas unidades de atendimento ou em espaços externos. Destacam-se, entre essas unidades, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), responsáveis pela execução do Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

No âmbito da Proteção Social Especial, a necessidade de alimentação torna-se ainda mais evidente, considerando o grau de vulnerabilidade e risco social do público atendido. Entre os serviços ofertados, estão o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), o atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (LA e PSC) e o Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes.

Por fim, é importante destacar que os atendimentos podem ocorrer de forma individual ou coletiva, sendo a alimentação um importante elemento de apoio. Ela contribui para a construção de vínculos, o fortalecimento da proteção social e o alcance de resultados positivos no acompanhamento dos usuários. Essa iniciativa está alinhada aos princípios da Política Nacional de Assistência Social, promovendo acolhimento com dignidade e respeito aos direitos dos cidadãos.

Ressalta-se que, no processo licitatório anteriormente instaurado para a aquisição de gêneros alimentícios, três itens restaram fracassados, conforme despacho do Pregoeiro constante em anexo, o que impossibilitou sua contratação na ocasião. Dessa forma, faz-se necessária a abertura de novo processo licitatório, restrito a esses itens, a fim de assegurar o atendimento integral das necessidades identificadas e evitar prejuízos à execução das atividades socioassistenciais.

4. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO - (Art. 14, inciso IV do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

4.1 - Justifica-se o parcelamento da contratação devido à natureza perecível dos gêneros alimentícios, permitindo que as entregas ocorram conforme a necessidade das unidades, garantindo alimentos frescos, melhor gestão de estoques e redução de desperdícios. Além disso, o parcelamento é compatível com o sistema de registro de preços e amplia a competitividade do certame, favorecendo a participação de mais fornecedores, a obtenção de preços mais vantajosos e a eficiência da contratação.

5. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO - (Art. 14, inciso V do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

5.1 – É admitida a participação de empresas sob a forma de consórcio no processo de contratação na forma do Art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO - (Art. 14, inciso VI do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

6.1 - A solução consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de gêneros alimentícios, através de registro de preços, restrita aos itens que restaram fracassados no processo licitatório anteriormente realizado, quais sejam: carne bovina (músculo) em cubos, carne bovina em cubos (coxão mole – chã de dentro, sem osso) e carne bovina moída (coxão mole – chã de dentro, sem osso), conforme especificações técnicas definidas.

A escolha dessa solução justifica-se por se tratar da alternativa mais adequada, uma vez que possibilita a complementação do fornecimento dos gêneros alimentícios essenciais que não foram contratados no certame anterior, sem ampliação do objeto originalmente planejado. A adoção do registro de preços confere maior flexibilidade à Administração, permitindo o fornecimento parcelado conforme a demanda efetiva das unidades socioassistenciais, contribuindo para o controle do consumo e a redução de desperdícios.

Além disso, a contratação por meio de procedimento competitivo assegura a ampla participação de fornecedores, favorecendo a obtenção de preços mais vantajosos e o atendimento aos princípios da isonomia, transparência e economicidade. Essa solução também permite a rigorosa observância das especificações técnicas e sanitárias exigidas para os produtos de origem animal, garantindo a qualidade e a regularidade do abastecimento.

Ressalta-se, ainda, que as unidades demandantes dispõem de estrutura adequada para o armazenamento e preparo dos alimentos. Dessa forma, a contratação proposta revela-se compatível com o planejamento institucional, assegura a continuidade das atividades socioassistenciais e evita prejuízos à execução dos serviços ofertados à população.

7 – DA EXECUÇÃO DO OBJETO - (Art. 14, inciso VII do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

7.1 - A execução do objeto dar-se-á de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Solicitação de Fornecimento, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, observadas as condições, prazos e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência.

7.2 – Os produtos deverão ser entregues devidamente congelados, conforme a especificação de cada item, em embalagens íntegras, devidamente lacradas e identificadas com informações de procedência, data de fabricação, prazo de validade e selo de inspeção sanitária competente.

7.3 - As entregas deverão ser realizadas na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas para Mulheres, localizada a Rua Serafim Coelho Gomes, s/nº, Centro, Cachoeiras de Macacu/RJ, de segunda à sexta-feira, das 08h às 16h.

7.4 – O prazo de entrega será contado a partir do envio da Solicitação de Fornecimento ao fornecedor, por meio de correio eletrônico (e-mail), devendo ser observado o prazo de 03 (três) dias úteis, tendo em vista tratar-se de itens perecíveis.

7.5 - O transporte e a descarga dos produtos nos locais designados ocorrerão por conta exclusiva da(s) empresa(s) registrada(s), não sendo admitida a cobrança de qualquer custo adicional posteriormente. Deverão, ainda, ser observadas as condições adequadas de transporte, incluindo controle de temperatura e o cumprimento de todas as demais exigências sanitárias.



7.6 - Os produtos deverão atender integralmente às normas de segurança alimentar e sanitária vigentes, estabelecidas pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e pelo Ministério da Saúde.

7.7 - A legislação sanitária exige que os produtos alimentícios sejam acondicionados de forma segura para evitar contaminação ou deterioração durante o transporte e armazenamento.

7.8 - Sempre que possível, deverão ser adotadas práticas que reduzam a geração de resíduos sólidos, priorizando o uso de embalagens recicláveis ou passíveis de reutilização, sem prejuízo da segurança sanitária do produto.

7.9 - A logística de entrega deverá observar critérios de sustentabilidade, buscando minimizar impactos ambientais, especialmente no que se refere ao transporte e à destinação adequada de resíduos provenientes das embalagens.

7.10 - Qualquer eventualidade que prejudique o fornecimento dos itens licitados, deverá ser devidamente justificada em documento oficial, enviado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes do referido fornecimento e aceito pela gestão da ARP.

7.11 – Regras de recebimento provisório e definitivo do objeto:

7.11.1- O Fiscal Técnico da Ata realizará o recebimento provisório do objeto da ARP mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;

7.11.2 - O Fiscal Administrativo da Ata realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo;

7.11.3 - Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.11.4 – A(s) empresa(s) registrada(s) ficará(ão) obrigada(s) a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os gêneros alimentícios (carnes bovinas) que, por ocasião do recebimento, apresentarem vícios, desconformidade com as especificações, indícios de deterioração, alteração de qualidade, acondicionamento inadequado ou irregularidades sanitárias, decorrentes do fornecimento ou dos materiais empregados. Caberá à fiscalização não atestar a última e/ou única Nota de Fornecimento até que sejam sanadas todas as pendências eventualmente apontadas no Recebimento Provisório, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando for o caso.

7.11.5 - O recebimento provisório ficará condicionado, quando cabível, à verificação das condições de qualidade, quantidade, conformidade com as especificações técnicas, bem como ao atendimento às exigências sanitárias e de acondicionamento, incluindo a conferência de rótulos, prazos de validade, lotes e selos de inspeção sanitária, exigíveis para o fornecimento de carnes bovinas.

7.11.6 - Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução da ARP, em relação



à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor da Ata para recebimento definitivo;

7.11.7 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo, no cumprimento de obrigações assumidas pela empresa registrada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

7.11.8 - Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Empresa Registrada, por escrito, as respectivas correções;

7.11.9 - Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.11.10 - Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão;

7.11.11 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que compete à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

7.11.12 - Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA - (Art. 14, inciso VIII do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

8.1 – Os gêneros alimentícios (carne bovina) devem atender integralmente às especificações técnicas, padrões de qualidade, condições higiênicas e sanitárias, de acordo com a legislação vigente e às normas expedidas pelos órgãos de inspeção e vigilância sanitária competentes.

8.2 – A garantia dos itens corresponderá ao respectivo prazo de validade, contado a partir da data de entrega. Os produtos deverão ser entregues com prazo de validade não inferior a um terço (1/3) do prazo total recomendado pelo fabricante, asseguradas as condições de consumo seguro e o pleno atendimento às exigências sanitárias vigentes, especialmente quanto ao transporte, armazenamento e conservação.

8.3 – Não se aplica manutenção ou assistência técnica ao objeto desta contratação, por tratar-se de bens de consumo perecíveis. Contudo, constatada, a qualquer tempo, a entrega de produtos em desacordo com as especificações, vícios de qualidade, deterioração, contaminação ou qualquer tipo de irregularidade, a empresa registrada ficará obrigada a substituí-los às suas expensas, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.



8.4 – A substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação formal da Administração, sem custos adicionais.

9. DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO UNITÁRIO E GLOBAL DA CONTRATAÇÃO -
(Art. 14, inciso IX do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

9.1 - O valor máximo estimado para esta contratação será apresentado pela Equipe de Planejamento em documento próprio, elaborado após cotação mercadológica em quadro comparativo de preços.

10. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA:

10.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

10.1.1 - Dotações orçamentárias:

525.	3.3.90.30.00.00.00.00.	1.660.0000
525.	3.3.90.30.00.00.00.00.	1.661.0000
543.	3.3.90.30.00.00.00.00.	1.660.0000
543.	3.3.90.30.00.00.00.00.	1.661.0000

11. DA RESERVA DE COTA OU EXCLUSIVIDADE - (Art. 14, inciso XII do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

11.1 – Em atendimento ao art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, esta contratação será destinada exclusivamente à participação de microempreendedores individuais (MEI), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).

11.2 – Essa exclusividade aplica-se somente quando o valor total estimado da contratação não ultrapassar o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos da legislação.

11.3 – Caso o valor estimado ultrapasse o referido limite, a contratação seguirá o procedimento aplicável, sem a exclusividade prevista neste item.

12. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA - (Art. 14, inciso XIII do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

12.1 - Dado que os itens pretendidos possuem padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de edital, bem como especificações usuais de mercado, poderão ser adquiridos na modalidade licitatória Pregão Eletrônico, com formação de Ata de Registro de Preço, na forma do artigo 28, I e 29, *caput*, da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o menor preço, conforme o art. 33, inciso I, da mesma Lei, e utilizando-se o modo de disputa aberto, nos termos do art. 56, inciso I.



13. DAS PROPOSTAS - (Art. 14, inciso XIV do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

13.1. Prazo de validade:

13.1.1 - As propostas apresentadas deverão ser válidas por, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias.

13.2. Condições da Proposta:

13.2.1 - O licitante interessado deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então se encerrará automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

13.2.2 - Todas as despesas de embalagem, transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da empresa registrada.

13.2.3 - O envio da proposta e os documentos de habilitação exigidos no Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

13.2.4 - O licitante deverá consignar na forma expressa no sistema eletrônico o valor total ofertado (resultado da multiplicação do valor unitário pela quantidade), já inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

13.2.5 - Declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas no edital.

13.2.6 - Todas as propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

13.2.7 - Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas em edital.

13.2.8 - Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

13.3 – Exigência de Amostra, prova conformidade ou Prova de Conceito:

13.3.1 – Não serão exigidas amostras para a presente contratação.

14. DA HABILITAÇÃO:

14.1 - A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

a) cédula de identidade (sócio), no caso de pessoa jurídica;

- b) registro comercial, no caso de empresário individual;
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado da prova da diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, se for o caso, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

14.2 - A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

(Art. 14, inciso XVI do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

- f) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- g) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- h) Apresentação pelo licitante (inclusive MEI, ME, EPP) de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais na forma da lei, juntamente com os Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
 - I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;
 - II - Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e
 - III - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.
- i) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação (capital mínimo) OU (patrimônio líquido mínimo) de 9% (até 10%) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.
- j) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).



k) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

14.3 - A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** consistirá em:

l) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF (sócio) e comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda;

m) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

n) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e emitida exclusivamente pelos sites destes órgãos, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 103, de 20 de dezembro de 2021, que alterou a Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 1.751, de 2/10/2014;

o) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da licitante;

p) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

q) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

14.4 - A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:

(Art. 14, inciso XVI do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

14.4.1. Apresentação de, no mínimo, um atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou ou está prestando, de maneira satisfatória e a contento, o fornecimento ao qual se refere o objeto do presente processo.

14.4.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14.4.3. Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento Sanitária, válido e vigente, expedido pelo órgão de vigilância sanitária competente.

15. Declarações exigidas:

a) declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal/1988, e art. 68, inciso VI, da Lei n. 14.133/2021;



b) declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos inciso IV do art. 63 da Lei n. 14.133/2021;

c) declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do §1º do art. 63 da Lei n. 14.133/2021;

d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da licitação;

15.1 - A documentação elencada no item 15 desta Cláusula, alíneas “a”, “b” e “c” deverá ser formalizada em campo próprio no sistema <https://www.licitanet.com.br> e a alínea “d” apresentada junto com as documentações de habilitação.

15.2 - O descumprimento das exigências contidas na habilitação determinará a inabilitação da licitante.

15.3 - As ME/EPP deverão apresentar toda a documentação de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição.

16 - DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

16.1 - A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para esta licitação justifica-se por sua consonância com os princípios da eficiência e da economicidade. Trata-se de um procedimento que oferece diversas vantagens à Administração Pública, como a simplificação dos trâmites para aquisição de bens ou contratação de serviços. Ao possibilitar o registro de preços e sua manutenção por até 12 (doze) meses, o SRP amplia a competitividade, facilita a participação de um maior número de fornecedores e permite a contratação conforme a necessidade. Dessa forma, evita-se a burocracia excessiva e assegura-se maior agilidade e racionalidade na execução do objeto licitado.

16.1.2 - A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) é o documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas. Após a homologação da licitação, a ARP deverá prever as seguintes condições:

- I – a descrição sucinta do item do material, incluindo informações sobre marcas, quando houver;
- II – o preço registrado;
- III – o respectivo detentor da ARP, identificados por nome e por CPF ou por nome empresarial e por CNPJ;

- IV – as quantidades a serem fornecidas pelo detentor da ARP;
- V – as condições a serem observadas nas futuras contratações;
- VI – o período de vigência da ARP e sua possível prorrogação, se for o caso;
- VII – os órgãos participantes do registro de preços.

16.2. JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DO SRP E O DISPOSITIVO LEGAL - (Art. 14, § 1º, inciso I do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

16.2.1 - O Sistema de Registro de Preços é utilizado pelo órgão diante da impossibilidade de definição prévia no que tange à quantidade necessária de um determinado produto ou o ritmo de entrega. Tal modalidade é uma ferramenta que simplifica e otimiza os processos de licitação para a Administração Pública. Entre as várias vantagens, podemos citar o aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, o aumento na eficiência administrativa, a redução do número de licitações redundantes, a rapidez na contratação e a total liberdade para o órgão público – que pode ou não efetuar a aquisição.

Veja-se que os processos licitatórios representam custos financeiros muito altos para a Administração, sem contar que a burocracia no rito processual eleva o prazo de conclusão de um certame licitatório. Com a utilização do Registro de Preço, os órgãos públicos realizam somente um processo licitatório que pode atender as demandas pelo período inicial de 12 meses.

16.2.2 - Existem, ainda, outras vantagens para que seja adotada tal medida pelo Órgão Público:

- a) Não compromete recursos financeiros, pois somente haverá a necessidade de disponibilizar o valor registrado no momento da aquisição;
- b) Formação de estoques virtuais, sem a necessidade de possuir um lugar adequado para o depósito dos produtos. O Órgão Público não dispense recursos com a construção e manutenção de um depósito central, pois cada vez que há necessidade de algum produto, basta solicitar a entrega à empresa detentora da Ata de Registro de Preço no local estabelecido nas cláusulas;
- c) Como a Administração Pública, muitas vezes, não consegue mensurar a quantidade exata de produtos que vai utilizar, pode, em processos tradicionais comprar a mais ou a menos. Ao contrário, se utilizar o SRP as aquisições serão realizadas de acordo com a necessidade;
- d) Atendimento às demandas imprevísíveis;
- e) Maior possibilidade de participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em virtude da entrega ou fornecimento do bem ocorrer de forma parcelada.

16.2.3 - Quanto ao dispositivo legal, temos que a licitação na modalidade pregão, utilizando-se o Sistema de Registro de Preços, está disposto nos artigos 28, I e 29, *caput*, c/c 82 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.3. INDICAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA DA ATA - (Art. 14, § 1º, inciso II do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

16.3.1 - O Fundo Municipal de Assistência Social é o Órgão Gerenciador do presente processo.



16.4. INDICAÇÃO DOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES PARTICIPANTES DA ATA - (Art. 14, § 1º, inciso III do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

16.4.1 - A ata a ser firmada não possui órgãos ou entidades participantes.

16.5. PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA - (Art. 14, § 1º, inciso IV do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

16.5.1 - Após homologada a licitação, o fornecedor classificado será convocado para assinar a ARP, por instrumento convocatório no prazo de 05 (cinco) dias úteis. A ARP deverá ser assinada pela Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social ou a quem esta delegar. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor mediante justificativa e aceite do órgão gerenciador (art. 90, §1º da Lei nº. 14.133/2021). Caso o convocado não assine a ARP, o órgão gerenciador poderá convocar os demais licitantes registrados, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado. Contudo, na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação pelo valor do primeiro classificado, poderá a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital:

- convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- adjudicar e celebrar o ARP nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.5.2 - A recusa injustificada de fornecedor em assinar a ARP implicará na aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

16.6. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E A POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO - (Art. 14, § 1º, inciso V do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

16.6.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, a contar da assinatura, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme preceitua o Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.7. DA POSSIBILIDADE E DAS CONDIÇÕES DE ADESÃO - (Art. 14, § 1º, inciso VI do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

16.7.1 - O FMAS informa a possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços pelos órgãos ou entidades não participantes da Administração Pública federal, estadual, distrital, atendidas as condições:

16.7.2 - Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;



16.7.3 - Demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

16.7.4 - Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

17. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO DIVULGAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS:

17.1 - A Intenção de Registro de Preços (IRP) será dispensada no presente caso tendo em vista que o Fundo Municipal de Assistência Social (Órgão Requisitante) será o único contratante, conforme previsto no Art. 86, no § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Art. 9º, § 2º do Decreto Federal nº 11.462/2023.

Na hipótese dos autos, o Órgão Requisitante determina a dispensa da IRP em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento da Ata de Registro de Preços e de possíveis contratos, bem como pela necessidade de realização e conclusão célere deste procedimento licitatório, em homenagem ao princípio da eficiência, o que não seria possível caso houvesse a divulgação da IRP, a qual poderia culminar na participação de outros órgãos da Administração Pública, demandando maior tempo na realização das atividades e alongamento do prazo para este Órgão Requisitante, considerando a condição de único Órgão Gerenciador.

18. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA - (Art. 14, § 1º, inciso VII do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

São obrigações do Órgão Gerenciador, além de outras determinadas pela legislação vigente:

18.1 - Controlar a Ata de Registro de Preços quanto aos produtos registrados, saldo e entrega dos itens, seus preços e condições;

18.2 - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador é responsável por comunicar-se com os fornecedores registrados para eventuais ajustes e cumprimento das obrigações previstas;

18.3 - Manter as informações sobre o registro de preços atualizadas e disponíveis para consulta dos órgãos participantes e do público em geral;

18.4 - Acompanhar o cumprimento dos contratos administrativos firmados com base no registro de preços, garantindo que os fornecedores cumpram as condições estabelecidas;

18.5 - Caso ocorra inadimplência ou problemas no fornecimento dos itens ou na execução do contrato por parte dos fornecedores, o Órgão Gerenciador pode aplicar sanções administrativas;

18.6 - Efetuar o pagamento no prazo estabelecido no Edital;

18.7 - Assegurar a disponibilidade dos recursos orçamentários e financeiros necessários para custear o fornecimento dos itens, sempre que forem solicitados;



18.8 - Acompanhar o fornecimento/entrega, através dos responsáveis para esta atribuição, garantindo que os itens atendam às especificações mínimas exigidas, bem como realizar anotações e registros em caso de falhas ou defeitos observados, visando a regularização;

18.9 - Aplicar as penalidades cabíveis, caso a adjudicatária não cumpra quaisquer das exigências deste Termo.

19. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA - (Art. 14, § 1º, inciso VIII do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, são obrigações da(s) Empresa(s) Registrada(s):

19.1 - Executar com pontualidade o objeto, conforme requisição emitida pelo Órgão Gerenciador;

19.2 - Entregar os itens de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida na ARP;

19.3 - Cumprir o disposto constante neste Termo de Referência e na proposta vencedora;

19.4 - Comunicar antecipadamente a data e o horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

19.5 - Atender com prontidão às reclamações por parte do(s) fiscal(is) ou gestor(es) da Ata de Registro de Preços, objeto da presente Ata;

19.6 - Comunicar imediatamente e por escrito ao Órgão Gerenciador, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

19.7 - Cumprir todas as obrigações descritas no Termo de Referência, que passa a fazer parte da Ata de Registro de Preço;

19.8 - Todos os materiais, mão de obra, impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre a presente Ata de Registro de Preços ou decorrentes de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da empresa registrada;

19.9 - Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação.

20. REQUISITOS MÍNIMOS DA CONTRATAÇÃO - (Art. 14, inciso XIX do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

20.1 - Ter sido declarado vencedor na fase de lances de algum dos itens do pregão realizado em sítio eletrônico conforme demanda a legislação vigente;



20.2 – Ter sido considerado “habilitado” após análise documental realizada pelo pregoeiro/agente de contratação e pela equipe de apoio;

20.3 - Apresentar comprovação de exequibilidade para os valores ofertados, caso necessário;

20.4 – O fornecimento deverá seguir, rigorosamente, as características apresentadas na especificação do presente Termo, uma vez que a contratada estará sujeita às sanções previstas em lei em caso do não atendimento a essas especificações;

21. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO - *(Art. 14, inciso XXII do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):*

21.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

22. DA SUBCONTRATAÇÃO - *(Art. 14, inciso XXIII do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):*

22.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

23. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - *(Art. 14, inciso XXIV do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):*

23.1 - A gestão e fiscalização da Ata serão realizadas em conformidade com o art. 117, §1º da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e Decreto Municipal nº 5.022 de 2024.

23.2 - Cabe ao Gestor da Ata a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor responsável pela elaboração de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

23.3 - Cabe ao Fiscal Técnico o acompanhamento da Ata com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela Administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

23.4 - Cabe ao Fiscal Administrativo o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle da Ata de Registro de Preços no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento;

23.5 - As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou



por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades.

23.6 - Os Gestores e Fiscais da ARP serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma [art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#) e do art. 29 do Decreto Municipal nº 5.022 de 2024, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

23.6.1. INDICAÇÕES:

- a) **GESTOR TITULAR DA ATA:** Wemerson de Souza, Matrícula: 18645, CPF: 099.515.377-90;
GESTOR SUPLENTE DA ATA: Cláudia da Silva Pagliasse, Matrícula: 72842, CPF: 003.237.377-57;
- b) **FISCAL TITULAR ADMINISTRATIVO:** Viviam da Silva Quirino, Matrícula: 72966, CPF: 119.242.567-70;
FISCAL SUPLENTE ADMINISTRATIVO: Mateus Araújo de Oliveira, Matrícula: 19699, CPF: 173.088.237-41;
- c) **FISCAL TITULAR TÉCNICO:** Luciana Carvalho Mendes, Matrícula: 19497, CPF: 104.850.227-96;
FISCAL SUPLENTE TÉCNICO: Ana Karollina Fonseca e Souza, Matrícula: 72965, CPF: 134.001.817-90.

24. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO - (Art. 14, inciso XXV do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

24.1 - Os gêneros alimentícios (carnes bovinas) serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, com conferência imediata pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços, a fim de verificar sua conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta vencedora.

24.2 - As entregas poderão ser rejeitadas, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser regularizadas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação do Órgão gerenciador da Ata, sem ônus adicional para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

24.3 - Considerando tratar-se de produtos alimentícios perecível, o recebimento definitivo será formalizado no ato da entrega, após a conferência completa dos itens e aceitação pelo fiscal da ARP, mediante atesto na Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

24.4 - Excepcionalmente, caso seja necessária verificação complementar de documentação ou outra diligência que não dependa da presença física dos produtos alimentícios, a Administração



poderá, de forma justificada, concluir o recebimento definitivo em até 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo do acondicionamento adequado e da preservação da qualidade das carnes bovinas.

24.5 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

24.6 - O prazo para a solução, pela Detentora da Ata, de inconsistências na entrega do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

24.7 - O pagamento será efetuado mediante a apresentação de requerimento de pagamento junto com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente e das Certidões Negativas de Débitos em nome da empresa registrada. O responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços deverá receber as referidas documentações, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, proposta e Ata de Registro de Preços.

24.8 - A empresa registrada deverá encaminhar Nota Fiscal, informando no campo “OBSERVAÇÕES” da própria nota o número do empenho e os dados bancários atualizados a serem utilizados para pagamento.

24.9 - Relação das Certidões que deverão ser apresentadas para o processo de pagamento:

- CND Dívida Ativa da União;
- CND Trabalhista;
- CND Estadual;
- CND Municipal (município de origem);
- Regularidade FGTS.

24.10. LIQUIDAÇÃO:

24.10.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

24.10.2 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados da ARP e do Órgão gerenciador da Ata;
- d) o período respectivo de execução da ARP;
- e) o valor a pagar; e



f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

24.10.3 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante / Gerenciador da Ata.

24.11. PRAZO DE PAGAMENTO:

24.11.1 - O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

24.11.2 - No caso de atraso pelo Gerenciador da Ata, os valores devidos ao Detentor da Ata serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPC-A de correção monetária.

24.12. FORMA DE PAGAMENTO:

24.12.1 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Detentor da Ata.

24.12.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

24.12.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

24.12.4 - O Detentor da Ata regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - (Art. 14, inciso XXVI do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

25.1 - Em caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/21 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório.

26. DA SEGURANÇA DE DADOS - (Art. 14, inciso XXVII do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

26.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



26.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

26.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

26.4 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

26.5 - É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

26.6 - A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

26.7 - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

26.8 - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

26.9 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

26.10 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Cachoeiras de Macacu/RJ, 12 de janeiro de 2026.

Jhully Kristiny Veloso Serpa
Superintendente da Gestão do SUAS
Matricula: 73162



ANEXO II - PREÇOS MÁXIMOS PROPOSTOS PELA ADMINISTRAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT. MÍNIMA POR PEDIDO	QUANT. MÁXIMA POR PEDIDO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Carne bovina (músculo), sem osso, cortada em cubos. Proveniente de animais sadios, abatido sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho vivo, odor característico e aspecto próprio, não amolecido e nem pegajosa. Isento: excesso de gordura, cartilagem esverdeada, vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxica e transparente e resistente na quantidade solicitada.	Kg.	300	02	300	R\$ 34,76	R\$ 10.428,00
02	Carne bovina em cubos, coxão mole (chã de dentro, sem osso). Proveniente de animais sadios, abatido sob inspeção veterinária,	Kg.	300	02	300	R\$ 37,88	R\$ 11.364,00



	devendo apresentar coloração vermelho vivo, odor característico e aspecto próprio, não amolecido e nem pegajosa. Isento: excesso de gordura, cartilagem esverdeada, vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxica e transparente e resistente na quantidade solicitada.						
03	Carne bovina passada na máquina, coxão mole (chã de dentro, sem osso). Proveniente de animais sadios, abatido sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho vivo, odor característico e aspecto próprio, não amolecido e nem pegajosa. Isento: excesso de gordura, cartilagem esverdeada, vestígio de	Kg.	400	02	400	R\$ 37,31	R\$ 14.924,00



descongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxica e transparente e resistente na quantidade solicitada.							
VALOR MÁXIMO PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO:						R\$ 36.716,00	



ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxxx/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7529/2025

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede na rua Serafim Coelho Gomes, s/nº, bairro Centro, neste Município, inscrito no CNPJ sob o nº 15.065.292/0001-18, neste ato representado pela Gestora e Secretária Municipal de Assistência Social, senhora Gilvana Azevedo Miranda, portadora da Carteira de Identidade nº 071.900.25-2 e inscrita no CPF sob o nº 853.179.427-72, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS**, registrar o preço da empresa indicada e qualificada nesta **ATA** de acordo com a classificação por ela alcançada e no valor cotado, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

1- DO OBJETO:

A presente Ata tem por objeto o – **Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios de origem animal (carnes bovinas), destinados a atender as unidades socioassistenciais vinculadas à Proteção Social Básica e à Proteção Social Especial de média e alta complexidade, bem como às demandas do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), especificados no edital de licitação e seus anexos, que é parte integrante desta ata, assim como a proposta cujo preço tenha sido registrado, independente de transcrição.**

2- DA EMPRESA REGISTRADA E DO PREÇO:

RAZÃO SOCIAL: xxxxx
ENDEREÇO: xxxxxxx
CNPJ: xxxxxxx
REPRESENTANTE: xxxxxxx
CPF: xxxxxxx
CONTATO: xxxxxxx

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Carne bovina (músculo), sem osso, cortada em cubos. Proveniente de animais sadios, abatido sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho vivo, odor característico e aspecto próprio, não amolecido e nem pegajosa. Isento: excesso de gordura, cartilagem esverdeada, vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância	Kg.	300			



	contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxica e transparente e resistente na quantidade solicitada.					
02	Carne bovina em cubos, coxão mole (chã de dentro, sem osso). Proveniente de animais sadios, abatido sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho vivo, odor característico e aspecto próprio, não amolecido e nem pegajosa. Isento: excesso de gordura, cartilagem esverdeada, vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxica e transparente e resistente na quantidade solicitada.	Kg.	300			
03	Carne bovina passada na máquina, coxão mole (chã de dentro, sem osso). Proveniente de animais sadios, abatido sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho vivo, odor característico e aspecto próprio, não amolecido e nem pegajosa. Isento: excesso de gordura, cartilagem esverdeada, vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxica e transparente e resistente na quantidade solicitada.	Kg.	400			
VALOR TOTAL:						

2.1 O valor total da presente Ata é de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxx).

2.2 O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, conforme preceitua o artigo Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

3- ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1 O órgão gerenciador será o **Fundo Municipal de Assistência Social**.

4 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1. O FMAS informa a possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços pelos órgãos ou entidades não participantes da Administração Pública federal, estadual, distrital, atendidas as condições:

4.2. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

4.3. Demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;



4.4. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO - *(Art. 14, inciso VII do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):*

5.1. A execução do objeto dar-se-á de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Solicitação de Fornecimento, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, observadas as condições, prazos e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

5.2 – Os produtos deverão ser entregues devidamente congelados, conforme a especificação de cada item, em embalagens íntegras, devidamente lacradas e identificadas com informações de procedência, data de fabricação, prazo de validade e selo de inspeção sanitária competente.

5.3 - As entregas deverão ser realizadas na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas para Mulheres, localizada a Rua Serafim Coelho Gomes, s/nº, Centro, Cachoeiras de Macacu/RJ, de segunda à sexta-feira, das 08h às 16h.

5.4 – O prazo de entrega será contado a partir do envio da Solicitação de Fornecimento ao fornecedor, por meio de correio eletrônico (e-mail), devendo ser observado o prazo de 03 (três) dias úteis, tendo em vista tratar-se de itens perecíveis.

5.5 - O transporte e a descarga dos produtos nos locais designados ocorrerão por conta exclusiva da(s) empresa(s) registrada(s), não sendo admitida a cobrança de qualquer custo adicional posteriormente. Deverão, ainda, ser observadas as condições adequadas de transporte, incluindo controle de temperatura e o cumprimento de todas as demais exigências sanitárias.

5.6 - Os produtos deverão atender integralmente às normas de segurança alimentar e sanitária vigentes, estabelecidas pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e pelo Ministério da Saúde.

5.7 - A legislação sanitária exige que os produtos alimentícios sejam acondicionados de forma segura para evitar contaminação ou deterioração durante o transporte e armazenamento.

5.8 - Sempre que possível, deverão ser adotadas práticas que reduzam a geração de resíduos sólidos, priorizando o uso de embalagens recicláveis ou passíveis de reutilização, sem prejuízo da segurança sanitária do produto.

5.9 - A logística de entrega deverá observar critérios de sustentabilidade, buscando minimizar impactos ambientais, especialmente no que se refere ao transporte e à destinação adequada de resíduos provenientes das embalagens.

5.10 - Qualquer eventualidade que prejudique o fornecimento dos itens licitados, deverá ser devidamente justificada em documento oficial, enviado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes do referido fornecimento e aceito pela gestão da ARP.

5.11 – Regras de recebimento provisório e definitivo do objeto:

5.11.1. O Fiscal Técnico da Ata realizará o recebimento provisório do objeto da ARP mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;

5.11.2 - O Fiscal Administrativo da Ata realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo;

5.11.3 - Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

5.11.4 – A(s) empresa(s) registrada(s) ficará(ão) obrigada(s) a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os gêneros alimentícios (carnes bovinas) que, por ocasião do recebimento, apresentarem vícios, desconformidade com as especificações, indícios de deterioração, alteração de qualidade, acondicionamento inadequado ou irregularidades sanitárias, decorrentes do fornecimento ou dos materiais empregados. Caberá à fiscalização não atestar a última e/ou única



Nota de Fornecimento até que sejam sanadas todas as pendências eventualmente apontadas no Recebimento Provisório, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando for o caso.

5.11.5 - O recebimento provisório ficará condicionado, quando cabível, à verificação das condições de qualidade, quantidade, conformidade com as especificações técnicas, bem como ao atendimento às exigências sanitárias e de acondicionamento, incluindo a conferência de rótulos, prazos de validade, lotes e selos de inspeção sanitária, exigíveis para o fornecimento de carnes bovinas.

5.11.6 - Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução da ARP, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor da Ata para recebimento definitivo;

5.11.7 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo, no cumprimento de obrigações assumidas pela empresa registrada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

5.11.8 - Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Empresa Registrada, por escrito, as respectivas correções;

5.11.9 - Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

5.11.10 - Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão;

5.11.11 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que compete à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

5.11.12 - Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança

6. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA - (Art. 14, inciso VIII do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

6.1. Os gêneros alimentícios (carnes bovinas) devem atender integralmente às especificações técnicas, padrões de qualidade, condições higiênicas e sanitárias, de acordo com a legislação vigente e às normas expedidas pelos órgãos de inspeção e vigilância sanitária competentes.

6.2 – A garantia dos itens corresponderá ao respectivo prazo de validade, contado a partir da data de entrega. Os produtos deverão ser entregues com prazo de validade não inferior a um terço (1/3) do prazo total recomendado pelo fabricante, asseguradas as condições de consumo seguro e o pleno atendimento às exigências sanitárias vigentes, especialmente quanto ao transporte, armazenamento e conservação.



6.3 – Não se aplica manutenção ou assistência técnica ao objeto desta contratação, por tratar-se de bens de consumo perecíveis. Contudo, constatada, a qualquer tempo, a entrega de produtos em desacordo com as especificações, vícios de qualidade, deterioração, contaminação ou qualquer tipo de irregularidade, a empresa registrada ficará obrigada a substituí-los às suas expensas, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

6.4 – A substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação formal da Administração, sem custos adicionais.

7. VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

7.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

8. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

8.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

8.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

8.1.1.1 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

8.2 A contratação com o fornecedor registrado na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.1 O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

8.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.4 Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

8.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, ficando o licitante obrigado a oferecer proposta no quantitativo máximo previsto no edital.

8.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

8.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;

8.4.2.2 Mantiverem sua proposta original;

8.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.



8.5 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

8.6 Após a homologação da licitação, o licitante mais bem colocado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.6.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

8.7 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital ou outro meio determinado pela Administração.

8.8 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

8.9 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração Pública, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

8.9.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

8.9.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

8.10 A existência de preços registrados implicará compromisso quanto à execução do objeto nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a execução do objeto pretendido, desde que devidamente justificada.

9. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.1.3 Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice



previstos para a contratação;

9.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

10.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará a empresa para negociar a redução do preço registrado.

10.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

10.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

10.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

10.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

10.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

10.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 12.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

10.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

10.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

10.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a



realidade dos valores praticados pelo mercado.

10.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

11.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

11.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

11.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

11.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

11.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto Federal nº 11.462, de 2023.

11.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

11.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

12 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

12.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

12.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

12.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

12.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da



ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

12.3 O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

12.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

12.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

12.5.1 Por razão de interesse público;

12.5.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

12.5.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto Federal nº 11.462, de 2023.

13 OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA:

São obrigações do Órgão Gerenciador, além de outras determinadas pela legislação vigente:

13.1. Controlar a Ata de Registro de Preços quanto aos produtos registrados, saldo e entrega dos itens, seus preços e condições;

13.2 - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador é responsável por comunicar-se com os fornecedores registrados para eventuais ajustes e cumprimento das obrigações previstas;

13.3 - Manter as informações sobre o registro de preços atualizadas e disponíveis para consulta dos órgãos participantes e do público em geral;

13.4 - Acompanhar o cumprimento dos contratos administrativos firmados com base no registro de preços, garantindo que os fornecedores cumpram as condições estabelecidas;

13.5 - Caso ocorra inadimplência ou problemas no fornecimento dos itens ou na execução do contrato por parte dos fornecedores, o Órgão Gerenciador pode aplicar sanções administrativas;

13.6 - Efetuar o pagamento no prazo estabelecido no Edital;

13.7 - Assegurar a disponibilidade dos recursos orçamentários e financeiros necessários para custear o fornecimento dos itens, sempre que forem solicitados;

13.8 - Acompanhar o fornecimento/entrega, através dos responsáveis para esta atribuição, garantindo que os itens atendam às especificações mínimas exigidas, bem como realizar anotações e registros em caso de falhas ou defeitos observados, visando a regularização;

13.9 - Aplicar as penalidades cabíveis, caso a adjudicatária não cumpra quaisquer das exigências deste Termo.

14. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA - (Art. 14, § 1º, inciso VIII do Decreto Municipal 5.045 de 09/05/2024):

Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, são obrigações da(s) Empresa(s) Registrada(s):



- 14.1. Executar com pontualidade o objeto, conforme requisição emitida pelo Órgão Gerenciador;
- 14.2 - Entregar os itens de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida na ARP;
- 14.3 - Cumprir o disposto constante no Termo de Referência e na proposta vencedora;
- 14.4 - Comunicar antecipadamente a data e o horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;
- 14.5 - Atender com prontidão às reclamações por parte do(s) fiscal(is) ou gestor(es) da Ata de Registro de Preços, objeto da presente Ata;
- 14.6 - Comunicar imediatamente e por escrito ao Órgão Gerenciador, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- 14.7 - Cumprir todas as obrigações descritas no Termo de Referência, que passa a fazer parte da Ata de Registro de Preços;
- 14.8 - Todos os materiais, mão de obra, impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre a presente Ata de Registro de Preços ou decorrentes de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da empresa registrada;
- 14.9 - Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação.

15 PAGAMENTO

15.1 LIQUIDAÇÃO:

15.1.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

15.1.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados da ARP e do Órgão gerenciador da Ata;
- d) o período respectivo de execução da ARP;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.1.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante / Gerenciador da Ata.

15.2 PRAZO DE PAGAMENTO:



15.2.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

15.2.2 No caso de atraso pelo Gerenciador da Ata, os valores devidos ao Detentor da Ata serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPC-A de correção monetária.

15.3 FORMA DE PAGAMENTO:

15.3.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Detentor da Ata.

15.3.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.3.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.3.4 O Detentor da Ata regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16 OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

16.1 As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

16.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

16.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

16.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

16.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

16.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

16.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

16.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.



17 DAS PENALIDADES

17.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

17.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

17.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 12.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

18 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

18.1 Durante a vigência do presente Instrumento, a gestão será executada pelo senhor Wemerson de Souza, Matrícula: 18645, CPF: 099.515.377-90 e sua fiscalização técnica e administrativa serão realizadas pelas senhoras, Luciana Carvalho Mendes, Matrícula: 19497, CPF: 104.850.227-96 e Viviam da Silva Quirino, Matrícula: 72966, CPF: 119.242.567-70, respectivamente, para o acompanhamento e fiscalização nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21.

19 CONDIÇÕES GERAIS

19.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao EDITAL, bem como no item 05.

19.2 Para firmeza e validade do pactuado, as partes firmam a presente Ata de Registro de Preços, assinando o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Cachoeiras de Macacu/RJ, xx de xxxxx de 2026.

Gilvana Azevedo Miranda
Secretária Municipal de Assistência Social e Políticas para Mulheres
Gestora do FMAS

EMPRESA REGISTRADA
CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXX



Cadastro Reserva

1. De acordo com a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	V. UNIT.	V. TOTAL
1	XXXX	XXXX	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX

Fornecedores: _____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	V. UNIT.	V. TOTAL
2	XXXX	XXXXX	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX

Fornecedores: _____

2. Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	V. UNIT.	V. TOTAL
1	XXXX	XXXXX	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX

Fornecedores: _____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	V. UNIT.	V. TOTAL
2	XXXX	XXXXX	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX

Fornecedor: _____